

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1
1.1	O tempo e os direitos	1
1.2	Prescrição e decadência	3
1.3	Origem histórica e evolução.....	3
1.4	Natureza dos institutos	4
1.5	Fundamentos.....	5
1.6	Outros fatos extintivos.....	6
1.6.1	Caducidade.....	7
1.6.2	Perempção	8
1.6.3	Preclusão	9
2	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CÍVEL.....	11
2.1	Prescrição	11
2.1.1	Base legal.....	11
2.1.2	Direito subjetivo, pretensão e ação	12
2.1.3	Teorias	13
2.1.4	Conceito	14
2.1.5	Doutrina de Câmara Leal	15
2.1.6	Prescrição aquisitiva e prescrição extintiva.....	16
2.1.7	Impedimento, suspensão e interrupção.....	18
2.1.8	Imprescritibilidade	19
2.1.9	Outros aspectos.....	21
2.1.9.1	Renúncia.....	21

	2.1.9.2	Prescritibilidade da exceção	21
	2.1.9.3	Arguição da prescrição	22
	2.1.9.4	Alterabilidade de prazos	24
	2.1.9.5	Decretação <i>ex officio</i>	24
	2.1.9.6	Continuidade do curso da prescrição.....	26
	2.1.9.7	Direito intertemporal.....	27
2.2		Decadência	28
	2.2.1	Base legal.....	28
	2.2.2	Conceito	29
	2.2.3	Direitos potestativos	29
	2.2.4	Distinção entre prescrição e decadência segundo a doutrina clássica.....	30
	2.2.5	A teoria de Agnelo Amorim Filho.....	32
	2.2.6	Decadência legal e convencional	34
	2.2.7	Outros aspectos.....	34
	2.2.7.1	Suspensão, interrupção e impedimento	34
	2.2.7.2	Renúncia à decadência.....	35
	2.2.7.3	Decretação <i>ex officio</i>	35
3		PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NA ESFERA CRIMINAL	37
3.1		Prescrição	37
	3.1.1	Introdução	37
	3.1.2	Evolução histórica.....	38
	3.1.3	Base legal.....	39
	3.1.4	Fundamentos.....	40
	3.1.5	Direito, pretensão e ação penal	40
	3.1.6	Pretensões no campo penal	42
	3.1.7	Objeto da prescrição penal	42
	3.1.8	O pressuposto da inércia.....	44
	3.1.9	Prescrição da pretensão punitiva.....	45
	3.1.10	Prescrição da pretensão executória	46
	3.1.11	Prescrição e pena em concreto.....	46
	3.1.12	Impedimento, suspensão e interrupção.....	48
	3.1.13	Outros aspectos.....	50
	3.1.13.1	Imprescritibilidade	50
	3.1.13.2	Prescrição da multa	50
	3.1.13.3	Pena restritiva de direitos	51
	3.1.13.4	Medida de segurança	52
	3.1.13.5	Concurso de crimes	52
	3.1.13.6	Redução de prazos.....	53

3.1.14	Conclusão	54
3.2	Decadência	54
3.2.1	Base legal.....	54
3.2.2	Decadência e interesse privado.....	55
3.2.3	Objeto da decadência	56
3.2.4	Pretensão condenatória e executória.....	57
3.2.5	Impedimento, suspensão e interrupção.....	57
3.2.6	Renúncia	58
3.2.7	Redução de prazo.....	59
4	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO	61
4.1	Prescrição	61
4.1.1	Introdução	61
4.1.2	Prescrição da pretensão do administrado em face da Fazenda Pública	62
4.1.2.1	Sentido	62
4.1.2.2	Fazenda Pública.....	62
4.1.2.3	Base legal	63
4.1.2.4	Objeto da prescrição	64
4.1.2.5	Pretensões sujeitas à prescrição.....	65
4.1.2.6	Prazo.....	66
4.1.2.7	Impedimento, suspensão e interrupção	67
4.1.2.8	Pretensão originária (de fundo) e pretensões derivadas.....	68
4.1.3	Prescrição da pretensão da Fazenda Pública em face do administrado	70
4.1.3.1	Sentido	70
4.1.3.2	Pretensões no Direito Administrativo.....	70
4.1.3.3	Relações jurídicas externas e internas	71
4.1.3.4	Competência legislativa.....	72
4.1.3.5	Fontes normativas	72
4.1.4	Poder de polícia e atividade punitiva	74
4.1.5	Poder punitivo interno.....	76
4.1.6	Prescrição intercorrente.....	77
4.1.7	Prescrição administrativa	79
4.2	Decadência	81
4.2.1	Introdução	81
4.2.2	Decadência do direito do administrado a ser exercido em face da administração.....	81
4.2.2.1	Introdução.....	81
4.2.2.2	Relações jurídicas externas.....	82

4.2.2.3	Relações jurídicas internas	83
4.2.3	Decadência do direito do Estado a ser exercido em face do administrado	85
4.2.3.1	Introdução	85
4.2.3.2	Relações jurídicas externas.....	85
4.2.3.3	Relações jurídicas internas.....	86
4.2.4	Autotutela e decadência	87
4.2.4.1	Decadência da autotutela	87
4.2.4.2	Natureza do prazo extintivo.....	88
4.2.5	Eficácia extrínseca	89
4.2.6	Atos nulos, anuláveis e inexistentes.....	90
4.2.7	Outros aspectos da decadência	93
4.2.7.1	Suspensão, interrupção e impedimento	93
4.2.7.2	Renúncia.....	94
4.2.7.3	Decretação <i>ex officio</i>	94
5	PRESCRIÇÃO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	95
5.1	Improbidade administrativa	95
5.2	Fontes normativas	96
5.3	Atos de improbidade	97
5.4	Sujeitos da improbidade	98
5.5	Sanções de improbidade.....	100
5.6	Processos de improbidade.....	101
5.7	Ação de improbidade administrativa.....	102
5.8	Improbidade e prescrição	104
5.9	Disciplina da prescrição.....	105
5.10	Ação e pretensão.....	106
5.11	Pretensão genérica e pretensões específicas.....	107
5.12	Prescrição <i>ex officio</i>	109
5.13	Renúncia da prescrição.....	111
5.14	Prescrição e exceção	112
5.15	Legitimação para arguir a prescrição.....	113
5.16	Alterabilidade de prazos	114
5.17	Sucessão e prazo prescricional.....	114
5.18	Prescrição intercorrente.....	115
5.19	Prescrição da execução	117
5.20	Prescrição e decadência	117
6	SITUAÇÕES FUNCIONAIS TRANSITÓRIAS	119
6.1	Norma Prescricional	119
6.2	Prazo e termo inicial da contagem.....	119

6.3	Mandato.....	121
6.3.1	Sentido.....	121
6.3.2	Investidura a termo.....	122
6.3.3	Mandatos sucessivos.....	124
6.3.4	Desincompatibilização.....	127
6.3.5	Mandato e cargo em comissão.....	127
6.3.6	Mandato e cargo efetivo.....	128
6.3.7	Mandato e emprego público.....	129
6.3.8	Mandato e servidor temporário.....	129
6.3.9	Mandato e entidades administrativas.....	130
6.3.10	Mandato e outras entidades privadas.....	131
6.3.11	Perda do mandato.....	131
6.3.12	Cassação do mandato.....	132
6.3.13	Extinção do mandato.....	133
6.3.14	Sucessão de mandato e ministério.....	134
6.3.15	Renúncia ao mandato.....	135
6.3.16	Outros afastamentos.....	136
6.3.17	Mandato e ordem urbanística.....	138
6.4	Cargo em comissão e função de confiança.....	140
6.4.1	Cargo em comissão.....	140
6.4.2	Função de confiança.....	141
6.4.3	Prazo e contagem da prescrição.....	141
6.4.4	Cargos em comissão sucessivos.....	142
6.4.5	Cargo em comissão ocupado por servidor de carreira.....	143
6.4.6	Cargo em comissão e cargo efetivo subsequente.....	145
6.4.7	Cargo em comissão e emprego público subsequente.....	145
6.4.8	Cargo em comissão e regime especial subsequente.....	145
6.4.9	Sucessão de cargo em comissão e mandato eletivo.....	146
6.4.10	Cargo em comissão e função de confiança.....	146
6.4.11	Função de confiança e cargo efetivo subsequente.....	147
6.4.12	Exoneração <i>ex officio</i> e a pedido.....	148
6.4.13	Destituição de cargo em comissão.....	148
6.4.14	Licenças e afastamentos.....	149
7	SITUAÇÕES FUNCIONAIS PERMANENTES.....	151
7.1	Cargo efetivo.....	151
7.1.1	Cargo efetivo.....	151
7.1.2	Prescrição.....	152
7.1.3	Faltas disciplinares.....	152
7.1.4	Demissão.....	154

7.1.5	Demissão a bem do serviço público.....	154
7.1.6	Interpretação da norma prescricional.....	155
7.1.7	Lei específica.....	157
7.1.8	Pluralidade normativa.....	157
7.1.9	Prazos diferenciados.....	158
7.1.10	Prazo no estatuto federal.....	159
7.1.11	Diversidade de prazos penal e administrativo	159
7.1.12	Pena <i>in abstracto</i>	160
7.1.13	Demissão simples e demissão a bem do serviço público.....	161
7.1.14	Contagem do prazo	162
7.1.15	Cargos vitalícios.....	164
7.1.16	Interrupção da prescrição na via administrativa.....	166
7.1.17	Limite temporal do processo disciplinar	167
7.1.18	Militares	169
7.1.19	Cargo efetivo e funções subsequentes.....	170
7.1.20	Pareceres	171
7.2	Emprego e emprego público	173
7.2.1	Sentido.....	173
7.2.2	Regimes jurídicos e regime único.....	174
7.2.3	Emprego público nas pessoas públicas	175
7.2.4	Emprego nas pessoas privadas da administração.....	176
7.2.5	Emprego em entidades não administrativas	177
7.2.6	Prazo da prescrição.....	178
7.2.7	Contagem da prescrição	180
7.2.8	Emprego e funções subsequentes	181
7.3	Servidores temporários.....	181
7.3.1	Configuração jurídica	181
7.3.2	Servidor temporário e improbidade.....	182
7.3.3	Servidor temporário e prescrição	183
7.3.4	Servidor temporário e funções subsequentes	184
8	ENTIDADES NÃO ADMINISTRATIVAS COM MENOR SUPORTE	185
8.1	Fonte normativa.....	185
8.2	Entidades não administrativas.....	186
8.3	Destinatários da norma	186
8.4	Agentes empregados.....	187
8.5	Prestação de contas	188
8.6	Termo inicial da contagem.....	189
8.7	Atos de improbidade anteriores.....	190
8.8	Rescisão contratual.....	191
8.9	Emprego e funções subsequentes	192

9	TERCEIROS	193
9.1	Sentido	193
9.2	Incidência normativa	194
9.3	Pressuposto de incidência	194
9.4	Condutas do terceiro.....	195
9.5	Prescrição	196
9.6	Terceiro e função pública sucessiva.....	198
9.7	Terceiros incapazes.....	199
	9.7.1 Imputabilidade	199
	9.7.2 Prescrição.....	202
9.8	Pessoa jurídica.....	203
10	INCIDENTES DA PRESCRIÇÃO DE IMPROBIDADE	205
10.1	Ação de improbidade administrativa.....	205
10.2	Ação de improbidade, pretensão e prescrição	206
10.3	Interrupção da prescrição	207
	10.3.1 Introdução	207
	10.3.2 Sentido.....	207
	10.3.3 Interrupção na improbidade	207
	10.3.4 Causas de interrupção.....	208
	10.3.5 Interrupção por despacho do juiz.....	210
	10.3.6 Citação válida	214
	10.3.7 Julgamento sem resolução do mérito.....	215
	10.3.8 Reinício da contagem do prazo.....	216
	10.3.9 Prescrição intercorrente.....	217
	10.3.10 Terceiro interessado.....	218
	10.3.11 Inquérito civil.....	219
10.4	Impedimento e suspensão.....	221
	10.4.1 Noções iniciais.....	221
	10.4.2 Suspensão e interrupção	221
	10.4.3 Razões inspiradoras.....	222
	10.4.4 Causas de suspensão e impedimento	222
	10.4.5 Aplicabilidade no campo da improbidade.....	223
	10.4.6 Absolutamente incapazes.....	223
	10.4.7 Ausentes do país.....	224
	10.4.8 Serviço nas Forças Armadas.....	226
	10.4.9 Fato apurado no juízo criminal.....	227
11	PRECLUSÃO E PEREMPÇÃO	231
11.1	Preclusão.....	231
	11.1.1 Introdução	231

11.1.2	Modalidades	232
11.1.3	Preclusão, prescrição e decadência.....	232
11.1.4	Preclusão na ação de improbidade	233
11.1.5	Preclusão temporal	233
11.1.6	Preclusão lógica.....	235
11.1.7	Preclusão consumativa.....	235
11.2	Perempção	236
11.2.1	Introdução	236
11.2.2	Base normativa.....	236
11.2.3	Perempção e preclusão.....	237
11.2.4	Perempção, prescrição e decadência	238
11.2.5	Perempção na ação de improbidade.....	238
11.2.6	Concorrência de legitimação.....	240
11.2.7	Efeito da perempção	241
11.2.8	Pretensão indenizatória.....	242
12	IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO RESSARCITÓRIA	245
12.1	Introdução	245
12.2	Fonte constitucional.....	246
12.3	Duplicidade normativa	246
12.4	Ação ressarcitória	247
12.5	Fundamento da imprescritibilidade.....	248
12.6	Requisitos da imprescritibilidade	249
12.7	Hipóteses estranhas à imprescritibilidade.....	250
12.8	Ressarcimento e outros efeitos da improbidade	251
12.9	Prejuízo e dano	252
12.10	Doutrina dominante	254
12.11	Doutrina divergente	255
12.12	Jurisprudência.....	257
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	263
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	269